

7. Desafios, avanços e perspectivas

A Sondagem solicitou aos entrevistados e entrevistadas dos clubes e bancos pelo menos cinco desafios e avanços prioritários, dos quais obtivemos repostas múltiplas e que não representaram uma classificação de prioridades. Foram dadas opiniões também sobre as perspectivas.

a) Os desafios

São diversos, mas, do ponto de vista quantitativo, há uma constância em nove clubes relacionada a recursos financeiros, materiais e humanos. Os entrevistados afirmaram que o clube e as atividades cresceram e não têm pessoal dedicado apenas ao clube. Sobre esta questão apresentam a importância de: “organizar coletivamente o trabalho para que o clube possa se constituir num empreendimento solidário gerador de renda, desenvolvimento local e inclusão social”; além de “desenvolver cada vez mais no grupo os princípios da economia solidária na busca de uma nova sociedade mediante a prática das trocas solidárias”; ressaltam a necessidade de “fortalecer a auto-gestão do grupo” e “fazer com que cada participante acredite em suas potencialidades levando para o clube de trocas produtos criativos e de interesse do grupo, para que as trocas satisfaçam realmente às necessidades de cada um”.

Outros vêem o desafio relacionado à possibilidade de elaborar projetos que tragam recursos para apoiar a atividade operacional do clube, para material de divulgação, viagens e também de constituir um lastro para o Eco-banco com a compra de alimentos. Um clube que desde a sua fundação tinha o apoio de uma incubadora está vivendo dificuldades pelo término da incubação o que o coloca num período de transição. Este mesmo clube estava com uma grande participação e alguns artesãos resolveram sair e constituir um fórum o que também produz instabilidade de participação e de trocas entre os mesmos.

Em oito clubes, entre outros aspectos, se observou a necessidade de ampliar o número de participantes, bem como diminuir a rotatividade na participação e manter os membros. O que se considera a existência de algum decréscimo na participação que podem estar associados a problemas citados pelos entrevistados

e entrevistadas, como: a falta de espaço físico para mais pessoas, problemas como o consumo de álcool que leva a instabilidade na participação, a violência, a incompreensão sobre a importância da moeda social, produtos que são levados para as trocas que não correspondem à necessidade de consumo básico (alimentos principalmente). Por isso, a diversificação de produtos é muito importante para estes. Nesta mesma direção, outro desafio colocado é a busca de formação profissionalizante para a produção (de alimento, reciclagem e limpeza e melhorar a qualidade dos produtos oferecidos nas feiras) pelas famílias ou por grupos produtivos na comunidade.

Para um clube, o desafio consiste obter uma incubação de qualidade que inclua os vinte empreendimentos que atuam junto ao clube, além de utilizar outros meios como a Internet para realizar as trocas. Outro clube diz que houve esvaziamento porque duas mil famílias foram removidas para outro espaço urbano.

Além destes desafios, foram também citados por dois clubes, uma divulgação precária e a falta de uma boa integração com as entidades comunitárias. O que se revelou como uma estratégia para ampliar o trabalho do clube com as organizações locais foi para que elas “saíam do assistencialismo e se transformem no sujeito transformador da comunidade”. Por este ângulo de visão, observamos que dois clubes que colocam a importância de “conscientização dos participantes sobre os princípios da economia solidária”. Para outro clube o desafio é “a fragmentação do tecido social (as pessoas estão sem esperança)”, o desafio de “estabelecer um compromisso coletivo” e “desapegar-se do atual paradigma econômico”. Tais declarações deixaram claro os enfrentamentos cotidianos frente ao desânimo, a descrença na possibilidade de mudança e a perda de vínculos sociais, consequências provocadas nas pessoas submetidas a longo tempo de pobreza extrema, exclusão social e frustrações políticas.

Entre os dez bancos que responderam à questão, 50% consideraram que o desafio é ampliar o aporte financeiro; com esta mesma porcentagem estão desafios referentes à gestão, embora com aspectos diferentes. Também foram citados desafios relacionados à manutenção operacional, espaços para a comercialização e ampliar a aceitação da moeda social.

Sobre o desafio financeiro a acentuação foi em: a) “aumentar o aporte financeiro para o lastro da moeda social, pois muitos parceiros não permitem a utilização do recurso para este fim”; b) ampliar o “lastro através de recursos públicos municipais e doações e prestar serviços para a administração municipal com o pagamento da folha de pagamento dos servidores municipais e recolhimento de taxas etc”; c) “verba para manter o administrativo e para financiamento da produção (microcrédito)”; “aumentar o capital e parceiros através da participação ativa da comunidade”.

No que se refere à gestão, o “planejamento anual, monitoramento e avaliação” foi considerado ainda algo a ser enfrentado de maneira mais efetiva, para um banco e para outros dois o controle social é o maior. No operacional, os bancos comunitários estão preocupados em garantir “o ‘custeio de custos fixos’ (aluguel, funcionários) e também em profissionalizar uma parte do trabalho voluntário responsável pelo acompanhamento”; além de adquirir equipamentos (computadores), telefone e Internet” – que também tem relação com a problemática financeira já citada.

Outro desafio comum e que se apresenta sob diversas nomenclaturas é a ampliação da participação social. Alguns falam em “aumentar a capacidade de atendimento para 5.000 famílias; chegar a R\$ 200 mil em crédito”; “realizar cursos profissionalizantes; abrir um balcão de emprego; ser correspondente bancário”; “fazer com que a comunidade entenda o processo associativo, criar grupos produtivos e conseguir espaço para produção coletiva”; “implantar atividades no banco (loja e feira); criar uma referência de local para comercializar; e, esperam ter pelo menos 500 associados em dois anos na cooperativa”; realizar “a mobilização social e conscientização política e a ampliação da atuação do banco dentro do território”.

Apareceram também, como desafios prioritários: a “divulgação da moeda e combater a cultura do consumismo”; “organização do artesanato, acabar com o atravessador, conseguir recursos para crédito, gestão própria”; “ter sede própria; fundo de crédito próprio; realizar assistência técnica e capacitação produtiva”; e, finalmente, citado por um único banco “eleger um vereador da região (sem politicagem, mas para estabelecer políticas)”.

O debate sobre os desafios dos clubes extrapola seus limites. Nosso entrevistado da Senaes, por exemplo, observou que “o clube de troca é muito limitado, está mais como um espaço e como uma identidade do que como um processo de organização de uma comunidade”. “Mesmo que o clube de troca reforce as trocas de saberes, do conhecimento, dos serviços e da produção têm um leque pequeno de opções além de estarem em comunidades pobres onde às vezes se resumem aos produtos que não servem para o interesse daquele grupo [...], não se tem uma sobra. Não sei se os clubes de trocas são uma saída, um vetor de desenvolvimento”.

Talvez seja necessário refletir que os clubes não são necessariamente embriões de bancos comunitários, mas podemos vê-los como fomentadores e estimuladores importantes para manter a organização social e a partir dele vai se criando outros instrumentos e mecanismos de participação e desenvolvimento. Na verdade, eles são [...] “a rede de relações da comunidade em si. É nesse aspecto que uma moeda complementar pode ajudar, porque ela pode permitir que essa vida continue ocorrendo”, de acordo com Marusa Freire, assessora do Banco Central entrevistada para esta Sondagem.

b) Os avanços

Se acima os desafios são muitos, os avanços também não ficam por menos. Os clubes se referiram à “ampliação das ações para o espaço de rua, conquista de visibilidade e reconhecimento e maior articulação com outros movimentos e redes de trocas e comércio justo e solidário”. Para oito clubes isto se efetivou com “o mercado de trocas durante o festival de economia solidária; [...] ter sido a primeira experiência no festival, o apoio do poder público e maior conhecimento entre as pessoas”; [hoje] “o clube é reconhecido e convidado pela comunidade e pelo movimento de clubes de trocas no estado; ter um espaço permanente de feiras no calçadão promovido pela prefeitura”. Diante disso, “se obteve o crescimento do número de participantes e maior sociabilidade”. Para outros, a “participação de membros do grupo em atividades coletivas dos movimentos sociais como 1º de Maio, Grito dos Excluídos, plebiscito pela nacionalização da Vale”, além da

participação no processo de democratização da associação de moradores; a criação no município de “ três clubes [ampliando] a participação de mais pessoas nos bairros”, bem como o “sentido de pertencimento da comunidade, consolidação dos empreendimentos, criação do mercosol, diálogo com a Etna (loja de decoração para montar lojinha com produtos da rede (de trocas), escoamento local de produtos, a criação da moeda circulante local inspirada na experiência do Banco Palmas”.

O avanço, para outros, se deu mais no âmbito local ou com a melhoria dos produtos com a “criação de grupos de produção”; “as pessoas se juntaram mais perto de sua residência para facilitar a participação”; “melhoria na qualidade dos produtos e serviços na feira, nas reuniões e nas oficinas.”

Ainda Para alguns, o avanço é observado na “integração e melhoria das relações interpessoais na comunidade e geração de trabalho”; na “perseverança da maioria dos participantes no grupo desde o início; participação da maioria na escolinha de formação em economia solidária; assiduidade dos coordenadores do grupo nas reuniões dos animadores”. E, finalmente ressaltam, “ocorreu uma significativa melhoria na auto-estima dos engajados no projeto”.

A ampliação do uso da moeda social para o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda foi o maior avanço declarado pelos bancos comunitários. Um banco se referiu a um “aumento de 300% no período de 2005 a 2007”; outro disse que em dois anos “temos mais de oitenta comerciantes cadastrados, já concedemos 105 créditos de consumo e podemos dizer que pelo menos 50% da comunidade da nossa área de abrangência têm conhecimento sobre a moeda social. Na mesma direção colheu-se a opinião de outro banco, que mesmo funcionando há menos tempo que os anteriores informa que “em apenas dois meses mais de 95% dos empreendimentos comerciais do município aderiram ao ousado projeto de fortalecimento da economia local” e “que já abriu várias contas no Banco Popular do Brasil sem nenhum custo para o beneficiário”.

Três bancos salientaram um “aumento do sentimento de pertencimento comunitário” e uma apropriação do banco pelos moradores, expresso nos canais de participação da comunidade, pelos gestores, pelo fato das “pessoas não

precisarem mais se deslocar para pagarem as contas de água, energia e receber aposentadoria”. Houve “facilidade do acesso ao crédito, democratização, diminuição dos custos”; “o banco e a moeda social têm facilitado, além da economia local, a vida da população idosa que antes precisava se deslocar”; “ampliação de espaços de comercialização em locais de grande circulação de pessoas”.

Um banco apresentou o avanço na ampliação de postos de trabalho, “hoje contamos com 850 postos de trabalho diretos (pessoas que estavam totalmente desempregadas e sem perspectivas pela idade, qualificação e sexo), e mais de 1500 postos de trabalho indiretos”.

Todos estes avanços têm permitido, segundo um entrevistado, “a construção constante de novas parcerias, em especial com o poder público municipal, pela credibilidade e visibilidade do banco comunitário e que permite a criação de novos projetos e dão consistência ao nosso trabalho”. Para outro banco esses avanços fizeram “avançar a discussão do marco legal com o Banco Central e [permitiu] ao Banco do Brasil estudar [estas parcerias]”.

Três bancos foram mais específicos ao observarem avanços no “financeiro, no político partidário, na infra-estrutura, nos recursos humanos (trabalho voluntário) e na conscientização da população”; e, na “coragem para enfrentar as dificuldades”.

Um banco está estabelecendo indicadores de avaliação e pela primeira vez, elaborou um planejamento estratégico para nortear as ações.

c) As perspectivas apresentadas pelos clubes de troca

Ao responder este item, os entrevistados e as entrevistadas apresentaram variadas questões, tais como: 1) ampliação e dinâmicas locais, continuidade; 2) ampliação em locais e quantidades de feiras; 3) na capacitação e incubação de novos grupos; 4) na ampliação das ações em nível de estado e redes.

1) Nas dinâmicas locais querem: “implantar um mercado permanente ou pelo menos fazer as trocas três vezes ao mês e buscar atividades de formação”;

“A partir da pesquisa socioeconômica no bairro, realizada com o apoio de uma universidade, utilizar as informações para trabalhar o desenvolvimento comunitário/local”; “integrar as comunidades locais”; a “criação de um banco de trocas solidárias, podendo conceder microcrédito, estimulando ainda mais o desenvolvimento e estabelecer parceria com Banco Palmas e Secretaria Nacional de Economia Solidária”, “criar centro de referência de economia solidária, criar agentes locais de economia solidária e também um banco comunitário”;

2) na ampliação das feiras: “ampliar o número de participantes, aumentar a diversidade de produtos, realizar feiras itinerantes, fazer trocas quinzenais”; “No verão fazer as trocas na rua, na praça”; “[realizar] duas a três grandes feiras de trocas unindo todos os grupos da área metropolitana e do interior do estado; fazer uma feira de trocas unindo campo e cidade com o MST e a Rede de Colaboração Solidária de Agroecologia”;

3) na capacitação e incubação: “capacitações para os participantes e aumentar cada vez mais o número destes”; criar “espaço de formação continuada para adolescentes e jovens, impacto social e ambiental através do trabalho realizado, novas perspectivas de trabalho e renda”;

4) na ampliação com as redes locais, estaduais e regionais: “articulação com a Rede de Mulheres Produtoras do NE e prefeitura”; “neste ano de 2008, conforme já planejado pelos animadores, nossas perspectivas são de integrar mais os diversos grupos mediante troca de experiência”; “trazer a cidadania e fazer surgir mais clubes”; “fortalecimento da rede local de trocas solidárias, criação da rede estadual de trocas solidárias com pontos desde o extremo oeste até o litoral com trocas solidárias periódicas”.

Diante disto se observa que as perspectivas são vistas de uma forma muito positiva. Contudo, apenas um clube disse que “não são boas”. Este clube enfrenta uma nova situação com a perda da assessoria da universidade. De onde se conclui que a transição não é fácil. Apenas um clube não respondeu nada sobre as perspectivas.

Para os bancos comunitários a Sondagem dedicou questões específicas sobre a perspectiva frente à normatização. Já para os clubes, estas questões não foram colocadas e também não foram citados espontaneamente em nenhum momento, nem como desafio ou perspectiva.

8. A questão da institucionalidade das moedas

A Sondagem abordou três aspectos, dirigidos aos bancos comunitários, sobre uma possível normatização do uso das moedas sociais pelo Estado brasileiro: benefícios, riscos e a visão sobre a normatização. Além destes entrevistados, buscamos também ouvir os gestores de órgãos e instituições governamentais sobre as perspectivas com relação às políticas e as regulamentações em discussão, particularmente pelo Banco Central, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Banco Popular do Brasil.

A visão geral da grande maioria dos entrevistados e entrevistadas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento sobre uma possível regulação das moedas sociais foi considerada como necessária e legitimadora de um processo que vem sendo praticado, além de permitir maior disseminação dessas experiências, ampliar os recursos financeiros e, assim, poderá beneficiar uma parcela maior da população excluída do sistema financeiro oficial.

Ter um marco legal é necessário porque a “informalidade dificulta os avanços”. Por outro lado, a regulação é vista com “cuidado para não haver interferência. É importante continuar seguindo os princípios de autogestão, controle social, independência financeira”, disseram alguns entrevistados. Outros acrescentam a esta preocupação o fato de que os bancos comunitários “têm uma metodologia e o Banco Central tem outra: a capitalista. Eles não aceitam que o fiador do usuário seja a comunidade. Mas, se eles criarem [as normas] com respeito à autonomia [dos bancos e sua metodologia], tudo bem”.

A autonomia aparece então como a questão central dessa relação institucional. O parâmetro ou indicador para auxiliar esta construção deverá tomar em consideração os preceitos da Constituição brasileira sobre o direito dos cidadãos e dos consumidores. Garantir o direito de acesso a bens econômicos e simbólicos

que permitam aos cidadãos terem uma vida digna e defesa dos direitos para que não sejam lesados. Em síntese o papel da regulação pelo Estado é garantir o direito e proteger os cidadãos de serem lesados. Tratando-se de uma matéria de ordem econômica e social e que pleiteia o direito de acesso ao trabalho, aos meios de produção, ao consumo de bens e serviços (particularmente de alimentos) e aos fundos públicos de uma parcela considerável da população brasileira eleva o problema para a esfera pública e as normas e regulações devem ser construídas pelo princípio da participação da sociedade. Tal definição remete à esfera pública, pois não se trata de matéria administrativa e de funcionamento técnico.

Sobre os benefícios dois aspectos centrais foram considerados pelos entrevistados: o primeiro se refere à dimensão social se o “Estado reconhece [as moedas sociais] é benefício para o combate à pobreza, miséria e legitima [a ação dos bancos]”. A normatização viria ao encontro de uma prática de grupos e entidades sociais. Portanto, consideraram que “será a credibilidade e a legitimidade que será auferida ao trabalho dos bancos comunitários”. Desta forma, a normatização é vista como “um reconhecimento”. O que seria uma forma de “garantia mesmo com mudança de governo”. Todavia precisa “respeitar a autonomia...” uma preocupação recorrente entre os entrevistados.

O segundo aspecto, na verdade foi mais um complemento feito por seis bancos, às considerações acima. A normatização facilitaria: “a captação de recursos – buscar novas parcerias, principalmente do poder público, notadamente os recursos do Governo Federal; abertura de linhas de crédito para os menos favorecidos; conseguir verbas para as finanças solidárias e estender o trabalho para outros municípios, e para atender mais pessoas e mais comunidades, [além de] preservar de falcatruas e de uso pessoal [...]”.

Observaram também um benefício “na parte econômica, [pois] se cada um economizar R\$ 1,00 vai gerar renda. [Proporcionará também] ter poupança e depósito à vista que hoje não pode ter”. As moedas sociais ao circularem em comunidades, bairros ou municípios constituem um circuito fechado que gera uma renda e poupança, também considerada riqueza. Para onde seguirá essa possível riqueza?

Por ser um circuito fechado, na opinião de Haroldo Mendonça, reside sua principal limitação: “a moeda não tem um impacto social tão grande porque significa uma reserva, que só circula naquela área; é um circuito fechado para os agentes que estão naquela comunidade”. Sobre isso, também, existe um debate, que Haroldo Mendonça deixou claro na entrevista que é sobre a “criação de fronteiras no âmbito econômico, e que [...] de certo modo, quando estamos falando de moeda social estamos criando fronteiras”. Todavia, retomando a questão do impacto, na sua opinião, poderia ser ampliado caso o Estado reconhecesse a moeda social e a vinculasse à política de transferência de renda do governo federal. Nesse caso, “poderia ser um recurso externo para dentro da comunidade”. Pois, segundo ele, ainda, as famílias contempladas pela transferência de renda “imediatamente saem daquela comunidade e vão para as grandes redes de supermercados e os grandes pontos de venda” para consumir. Uma possibilidade seria “criar o que a gente chama na economia solidária de circuito virtuoso econômico” ao vincular a moeda social ao benefício da transferência de renda, pondera um dos gestores entrevistados. Não deixa de ser uma possibilidade a se analisar, pelo menos de uma parte do benefício ser em moedas sociais para favorecer a circulação no âmbito local e dos pequenos empreendimentos populares e da economia solidária, pois nem todas as necessidades conseguem ser satisfeitas por estes segmentos.

Poder realizar depósito e poupança tem sido o limite apresentado pelo Banco Central para a atuação das operadoras de micro-crédito e no caso também se estende aos bancos comunitários e cooperativas de crédito. Fica claro que o Banco Central entende isso como prerrogativa do sistema bancário oficial. O que previu o sistema monetário é que qualquer renda gerada e poupada seja canalizada para o sistema bancário oficial.

Frente a tais questões, “na medida em que o Banco Palmas funciona só como correspondente bancário a captação de poupança não é do sistema de bancos comunitários ela é do Banco do Brasil, não resolve o problema. Porque a proposta é captar poupança para que a poupança seja investida no próprio sistema. Agora nada que um simples contrato com o Banco do Brasil não possa resolver ou uma regulamentação”, opinou Marusa Freire, na entrevista concedida.

Da forma como vem ocorrendo a moeda seja oficial ou social é capturada pelo sistema financeiro que faz uso das mesmas como mercadoria, tem limitado a circulação da moeda para fins de produção, além de historicamente, no Brasil, o sistema bancário priorizar o fomento aos locais e segmentos com potencial de acumulação de capital. Assim sendo, esta parece ser uma questão central na formulação das normas e regulações. Pois tudo indica que interessa ao sistema monetário a circulação de moedas sociais em circuitos fechados que geram renda e dinamizam as economias locais. Como os bancos comunitários vão dialogar com o sistema bancário oficial sobre as poupanças e depósitos realizados e seu retorno para o fomento local, no cumprimento de sua função que é promover o desenvolvimento local? Como garantir o princípio redistributivo? Como garantir que a riqueza gerada seja redistribuída por um princípio da equidade?

Sobre os possíveis benefícios, três bancos não responderam.

Os riscos quanto à normatização aprofundam um debate existente entre os bancos entrevistados e evidenciaram visões diferentes sobre a questão.

Um primeiro campo é manifestado por quatro bancos e se refletiram num temor que a normatização venha “engessar o processo atual inviabilizando o sistema de moedas sociais; ficar à mercê do juízo de valor do técnico que autoriza” [o crédito]; “a burocratização na emissão e circulação de moedas sociais prejudicando o trabalho e o empoderamento da comunidade”; “impeça a acessibilidade ao crédito das pessoas hoje beneficiadas pelo banco que se encontram com o nome no SERASA, CADIM, etc e que não têm bens para garantia e que são excluídas do sistema financeiro existente”. E finalmente, um possível “aumento dos juros o que desviaria dos nossos princípios”.

Os riscos observados por estas declarações se estendem para atividades dos bancos também com a moeda oficial, pois como já foi exposto, a moeda social é complementar à oficial. Ou seja, compõem os problemas que fizeram emergir as experiências com o crédito popular solidário no Brasil, e foram objeto de Resolução da I Conferência Nacional de Economia Solidária:

[...] Importa desenvolver novos mecanismos e novas instituições, tais como: sociedades de garantia de crédito, bem como sua aceitação pelo sistema financeiro, a adoção de um amplo sistema de aval solidário, o acesso diferenciado e escalonado ao crédito, prazos maiores de carência, pagamento de débitos através de produtos, etc. A análise para concessão, liberação e aprovação de financiamento a estes empreendimentos, deve ter sistema de cadastro e critérios próprios para além dos mecanismos tradicionais (ex. a consulta ao SPC/SERASA, CADIM e outros cadastros dessa natureza)¹.

Um segundo campo é mais enfático e considera que a normatização traz prejuízo porque “deixaria de ser um Banco Comunitário de Desenvolvimento, [uma vez que] o Banco Central está fora da metodologia”. Quanto a esse receio, Haroldo Mendonça, considera que “[...] não existe nenhuma tipo de interferência de mudança na concepção político-social e na metodologia de educação popular [...], dá para manter tudo isso e pode até se aprofundar”, quando perguntado sobre a relação de autonomia metodológica dos bancos e sua relação com o Banco Popular do Brasil.

Um terceiro campo não vê risco nenhum de normatização. Apenas apresenta uma preocupação com mudanças de governo, no caso “o federal, que não o de Lula”. Há ainda quem considere que “não interessa enfrentar o Banco Central, o que interessa é a autogestão, a decisão da comunidade e o controle social”.

O quarto e último, campo têm um receio quanto ao aumento da concorrência, pois haverá “ciúmes dos bancos ‘formais’ que não querem abrir mão do pequeno investidor”; E que pode ocorrer “não saber medir a corda, perder a característica humanitária [dos bancos comunitários] pois qualquer instituição pode se credenciar e gerar competição”.

Sobre os riscos, dois bancos comunitários não quiseram se pronunciar.

Por outro lado, o estudo realizado em caráter preliminar pelo Banco Central, coloca em suas conclusões que:

“o uso de moedas sociais não afeta o poder que os bancos centrais têm para controlar a oferta de moeda, não constitui séria ameaça ao papel dos bancos centrais em relação aos sistemas

¹ Resolução 72, Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária, 2006.

de pagamento nacionais, nem coloca em risco a estabilidade do sistema financeiro [...]”².

Tal estudo revela ser plenamente possível um marco regulatório, inclusive, em consonância com a Constituição Brasileira e que “a emissão de moedas sociais no Brasil pode ser uma condição essencial para promover a redução das desigualdades sociais e regionais [...] e contribuir para a erradicação da pobreza”³.

Para Marusa Freire, durante a entrevista, ao ser questionada sobre o interesse do Banco Central nesta regulamentação, ponderou que para ela o debate que existe é sobre se “seria ou não da competência do Banco Central (Conselho Monetário Nacional) regulamentar as moedas sociais. Existe todo um movimento até da Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária no sentido de criar uma regulamentação, um marco regulatório para o sistema”. Assim como também, “existe um projeto de lei complementar da Luiza Erundina [...] que mereceu inclusive um relatório desfavorável da Comissão de Finanças na Câmara porque contrariava a Lei de Responsabilidade Fiscal”. Deixou claro, que ainda é objeto de investigação se cabe ao Conselho Monetário Nacional tomar para si tal incumbência.

No aprofundamento jurídico sobre as moedas, Marusa Freire apresenta outras informações relevantes para o debate sobre a regulamentação, como: “hoje o código civil brasileiro introduz novas disposições que permitiriam um tratamento jurídico para a moeda comunitária, um pouco diferente do que esta sendo feito”. Para ela, “talvez precisasse só dizer qual é a responsabilidade de pagamento, que atendesse melhor os requisitos de um código civil, para deixar a matéria bem no campo da participação da sociedade”.

Além do mais, “existe a possibilidade muito grande de cooperação com os bancos comunitários e com o sistema oficial. Essa construção do marco regulatório é realmente a parte mais importante. Tem que ser bem pragmática, dizer qual é o objetivo do sistema e qual é o objetivo dos bancos comunitários. Na verdade os

² FREIRE, 2007, p. 24.

³ FREIRE, 2007, p. 25.

dois têm que ser atendidos e a população está sendo servida. Você não pode destruir a participação, transformar o Banco Palmas em mais um banco, tem que manter esse sentido de comunidade, da participação do povo”.

Do ponto de vista das políticas econômicas, consideramos bastante pertinente a proposta apresentada “por um sistema financeiro social” que responde aos aspectos relacionados à captação de poupança pelas experiências dos bancos e clubes, entre outros e redistribuição de renda:

Nos últimos anos, surgiram numerosas iniciativas locais [...] que procuram captar e canalizar as poupanças dos próprios interessados para a satisfação de suas necessidades de capital. Como são pobres, sua própria poupança não basta para que possam ampliar suas atividades e torná-las mais produtivas. Esses intermediários têm enorme potencial para irrigar com crédito todo esse manancial de força de trabalho inteira ou parcialmente ociosa, desde que tenham acesso a financiamento externo.

Por isso, precisamos de outro sistema financeiro – poderíamos chamá-lo de finanças sociais –, que visaria prioritariamente a solução de problemas sociais e ambientais. Ele teria por finalidade atender necessidades como as acima exemplificadas e, para tanto, precisaria se articular às redes de intermediários financeiros locais já existentes.

O que falta são bancos, fundos etc. que possam atrair parte da poupança da classe média e alta e também da poupança pública e abastecer de recursos as iniciativas locais. O sistema financeiro social apresentaria aos poupadores a proposta de aplicar seu dinheiro para enfrentar as crises que nos afetam com a mesma segurança oferecida pelo sistema convencional.

No Brasil, a necessidade de outro sistema financeiro é gritante. É preciso abrir um debate sobre como fazê-lo atingir dimensões compatíveis com a necessidade de desconcentrar o capital para inserir na produção os que se encontram a sua margem⁴.

A meta da Senaes, de acordo com Haroldo Mendonça, para 2008, “é ter no mínimo três bancos comunitários em 18 estados do Brasil. Temos um incremento de R\$ 3 milhões e 600 para ser exato”, em relação ao exercício de 2007. Nessa ação dirigida à moeda social e aos bancos comunitários, “o principal parceiro é o Banco Popular do Brasil”. Para a Senaes, “essa ação está focada para fortalecer o processo organizativo das comunidades na elaboração e construção dos Bancos Comunitários”. As parcerias que a Senaes estava construindo, na época da entrevista, eram com: o Banco Popular do Brasil, que de acordo com Haroldo

⁴ SINGER, 2007.

Mendonça, “ficaria com a tarefa de arcar com o Funding” (fundo para empréstimos); e com Instituto Banco Palmas – a Rede Brasileira dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, como “a nossa principal operadora” com vistas a “fomentar o processo de estruturação, manutenção e consolidação dos bancos que estão por vir”.

Todavia, de acordo com a entrevista com os gestores do Banco Popular do Brasil, a relação com o Instituto Banco Palmas, não inclui a operação com a moeda social:

Nós não entramos nesses méritos. Com essa nossa idéia nós apoiamos porque a moeda social basicamente circula na própria comunidade, e só. O ponto de atendimento do Banco do Brasil transaciona em reais. O que faz com que a moeda social seja feita no ponto, num outro, num bar, num supermercado é o próprio núcleo da comunidade. A gente não entra nesse mérito. Então não há contabilização específica.

Considerações

A relação das experiências com as coletividades no território rural ou urbano (bairro, comunidade e favelas) em cada uma das experiências a moeda adotada assume nome e regras próprias e são cunhadas por seus participantes. As moedas sociais circulam nos territórios e relações sociais de abrangência das experiências dos clubes de trocas e dos bancos comunitários que podem ser favelas, bairros, municípios, comunidades, redes, grupos, cooperativas e associações etc, no mundo rural e urbano. O objetivo é ampliar a capacidade de consumo e produção de seus usuários ao mesmo tempo que fortalecem as sociabilidades e criam dinâmicas socioeconômicas o que torna cada experiência singular e complexa.

Famílias, grupos, associações, redes e comunidades estão construindo soluções coletivas para beneficiar seus pares, o que só é possível a partir de vínculos e relações sociais que emprestam confiança e solidariedade. O que expressa uma ação para além do interesse (mercado) uma vez que a ação está mediada pela reciprocidade (dar-receber-devolver) e revelam princípios da redistribuição

(Estado). Mesmo que os bancos busquem uma eficiência econômica no sentido de garantir a permanência das ações, e não no sentido da acumulação.

Não resta dúvida que estamos diante de uma questão pública, pois a moeda oficial que representa simbolicamente a possibilidade de acesso aos bens e serviços (econômicos e simbólicos) não está 'disponível' para todos os cidadãos e cidadãs. Diante da privacidade do direito de obter bens econômicos e simbólicos causadas por uma situação de desigualdade e exclusão social, os bancos e os clubes realizam uma ação pública que visa tornar acessível a todos e todas, os intercâmbios necessários para prover suas vidas através de uma moeda social complementar à oficial e não alternativa, no sentido de uma substituição ou paralelismo que pudessem caracterizar as emissoras como infratoras ou impostoras. Tais intercâmbios necessitam de um marco regulatório que as experiências denominam como fruto do reconhecimento pelo Estado da dimensão social e pública do trabalho que realizam. É fundamental considerar que a disputa na sociedade brasileira se dá pela apropriação desigual do excedente social e pelas normas estabelecidas pelas instituições do Estado.

O marco regulatório pleiteado pelos bancos comunitários pode tomar como referência a Resolução 78 da I Conferência Nacional de Economia Solidária, que determina a criação de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias, que requer um fundo de financiamento específico com controle social, que entre outros aspectos deverá equacionar questões como a capitalização das instituições, da captação de poupança etc.

A relação com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e os bancos comunitários que pode significar uma estratégia de apropriação da renda, uso das instalações físicas das associações para a expansão da descentralização dos serviços bancários oficiais, a baixos custos, e de uma carteira de crédito com aval de confiança, resulta também na transferência de recursos financeiros, de tecnologias e de responsabilidades como agentes de crédito (das políticas públicas) para as Organizações não Governamentais e associações.

A Sondagem aponta que existem dificuldades para a manutenção dos bancos. As instalações dos bancos servem tanto às operações em reais quanto com a

moeda social e o relato deixa claro que o provisionamento do lastro e ampliação do fundo tem sido o resultado de doações da cooperação internacional, dos associados e em menor proporção do Estado. Mas diante do interesse dos bancos oficiais em descentralizar suas atividades, fica clara uma estratégia em direção aos bancos comunitários pela sua logística e sua relação de confiança com as populações, entre outros aspectos. Assim, a política de inclusão bancária do governo federal tem buscado se apoiar nesta Rede de Bancos Comunitários para concretizar seus objetivos, particularmente de descentralização. Mas não está claro qual a proposta de provisionamento da política pública aos bancos comunitários. Até a data das entrevistas os serviços efetuados pelos bancos comunitários, como correspondentes bancários, são remunerados, com valores que variam de acordo com a operação (valores que variam entre R\$ 0,10 e R\$ 0,45 centavos). A Sondagem revela a necessidade de futuramente se realizar um estudo sobre o custo benefício das operações.

Se a proposta é de descentralizar os serviços de correspondência bancária e sobre tais serviços os bancos comunitários recebem um percentual por operações, cabe aos bancos avaliar essa operação. Todavia, se a proposta, inclui, como já está sendo praticado, fazer dos bancos comunitários agentes de crédito do Banco Popular do Brasil, operadores da política pública, está distante da proposta apresentada pela I Conferência Nacional de Economia Solidária que propõe a criação de um fundo público para prover e fomentar as finanças solidárias, o que possibilitaria uma autonomia relativa dos bancos comunitários, o que não ocorre com a relação até agora executada, que apresenta uma dependência dos bancos oficiais. Ou seja, esta construção não leva a formação de um sistema de finanças solidárias, mas ao fortalecimento das movimentações bancárias do sistema financeiro hegemônico.

Diante disto, ressaltamos uma das questões importantes da moeda social que é recompor ou ampliar uma parte da renda da população – este o fundamento de sua existência. E, se esta renda adquirida com a moeda social retorna ao sistema financeiro pela operação vinculada aos bancos, qual o poder que as experiências terão sobre o retorno dos investimentos na dinâmica local? Qual o espaço público onde tal questão será definida? Em geral, a tendência do sistema financeiro não é fomentar aos mais pobres e de menor renda; a tendência que se observa é de um

critério seletivo e excludente, inclusive no que se refere aos territórios. Daí a razão de existência de diferentes experiências de financiamento e até mesmo da moeda social, as quais buscam uma democratização política e econômica.

Sobre a possibilidade de apropriação da renda no local, convém conhecer a lei de reinvestimento comunitário (Community Reinvestment Act – CRA) dos EUA, paradoxalmente, que obriga as agências bancárias a reaplicarem parte dos recursos captados na própria comunidade, sugestão posta em discussão, em 2006, pelo Instituto Cidadania no Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, quando trata sobre finanças e comercialização.

As entrevistas com os gestores públicos revelaram diferentes enfoques no que se refere às moedas sociais, tais como a regulamentação do uso da moeda circunscrito a um território fechado, a ampliação dos serviços financeiros vinculados aos bancos oficiais, expansão territorial dos serviços de inclusão bancária tendo como suporte os bancos comunitários.

Motivações à parte, o desafio é como buscar uma negociação que favoreça a descentralização dos serviços bancários ao mesmo tempo em que as condições de operacionalização não penalizem: a) a essência da concepção das práticas com a moeda social: gerar o desenvolvimento comunitário/local; b) a autonomia dos bancos comunitários frente aos bancos oficiais; c) a relação social com base na confiança e na solidariedade; d) o princípio da universalização e da redistribuição equitativa da riqueza.

Existem confluências nesta relação, mas o ponto de tensionamento é a questão da autonomia; um novo papel que os bancos comunitários assumem frente à população local; e a exportação do excedente gerado pelas comunidades em cada local.

Para a maioria dos clubes de troca confluem as populações com maior vulnerabilidade social que se encontram para trocas de bens econômicos e simbólicos, o que o caracteriza para além de um empreendimento. O desejo de ser empreendimento por alguns entrevistados pode estar relacionado à ausência de atividades específicas do Programa Nacional de Economia Solidária da

Senaes para os clubes e as moedas sociais. O programa da Senaes, inclusive o SIES, classifica o clube como um empreendimento de consumo. Mas o clube está para além de um mercadinho de comercialização de produtos (mesmo que este seja coletivo e autogestionário) e o sentido do intercâmbio e das trocas se dá numa dimensão da necessidade objetiva e das subjetividades humanas, como alguns relatos deixaram muito claro. Assim, convém refletir sobre determinados enquadramentos, pois os clubes podem expandir para redes amplas e fóruns etc, que guardem a sua dimensão pública, ao mesmo tempo que realizam e definem as trocas e intercâmbios. Bem como, importante investigar o consumo nas redes de troca e da economia solidária já que há um propósito de consumo consciente.

Há, ainda, certa incompreensão ou visão insuficiente de alguns órgãos governamentais sobre o papel e a contribuição dos clubes de troca na organização social e econômica de comunidades muito pobres. Um clube de troca isolado tende a ser um grupo de resolução emergencial de suas necessidades, o que não o desqualifica como iniciativa social e política. As experiências revelaram buscas de articulação social para além de seus membros e atividades, portanto, inseridas numa dinâmica de atores que constroem o desenvolvimento comunitário/local e em redes nacionais, inclusive.

As práticas revelam, ainda, e, sobretudo, a construção de novos saberes e conhecimentos que podem ser denominados de tecnologia social, e isso é preciso ser mais valorizado.

Gostaríamos de recuperar a proposta de Marusa Freire sobre a necessidade de analisar o código civil brasileiro para aprofundar o debate no campo jurídico sobre a regulamentação da moeda social.

Finalmente, esta Sondagem e outros estudos têm registrado uma ausência de informações na Região Norte, quer sejam de bancos, clubes, fundos solidários e mesmo de cooperativas de crédito solidário. Tal lacuna representa uma perda que convém sanar.

Referências

Albuquerque, Paulo Peixoto de. et alii . Onde está o dinheiro? Pistas para a construção do movimento monetário mosaico. P. 58. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2002.

_____, Paulo Peixoto de. Moedas Sociais 2. p. 199-205 In: Cattani, Antonio David. (Org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Bacelar, Tânia. Globalização e território. Le Monde Diplomatique Brasil. Ano I, N. 11/junho de 2008.

Bez, Antonio Carlos.; Carnero, Gisele. Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outras histórias. Livro 2 da série: Metodologia e sistematização de experiências coletivas populares. Curitiba: Editora Gráfica Popular: Cefúria, 2005.

Brasil, MTE/ Senaes. Balanço da Economia Solidária no PPA 2004-07. Cópia de documento. Brasília, 2007.

_____, MTE/ Senaes. Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Disponível em www.met.gov.br

_____, MTE/ Senaes. Atlas da Economia Solidária. Disponível em www.mte.gov.br/sies

Búrigo Fábio Luiz. Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária- Sociologia Política (CFH - UFSC)2000.

Caillé, Alain. Dádiva, cidadania e democracia. p. 16-25. In: MARTINS, Paulo Henrique e MEDEIROS, Alzira. Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos. Recife: Bagaço, 2003.

Canclini , Néstor García. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

Coelho, Franklin Dias. Finanças Solidárias. p. 153 a 164. In: Cattani, Antonio Davi. (Org). A outra economia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

Coraggio, Jose Luis. Economía social, acción pública y política. Hay vida después del neoliberalismo. Buenos Aires: Fund. Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad. – CICCUS, 2007.

Faustino, Andréa Viana. O crédito popular sob a ótica das microfinanças, finanças solidárias e finanças tradicionais: o caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza - CE. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, julho de 2007.

França Filho, Genauto Carvalho de.; Laville, JLouis. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Freire, Marusa Vasconcelos. Economia social e Banco Central: questões legais e regulatórias sobre moedas sociais como instrumentos de políticas públicas compatíveis com política monetária. Trabalho apresentado no I Congresso Mundial de Pesquisa em Economia Social, do Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative, realizado de 22 a 24 de outubro de 2007, em Victoria – Canadá.

Furtado, Celso. O capitalismo global. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 4ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Harvey, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Parte III, item 17. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

Jamenson, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 12, jun., 1985.

Kraychete, Gabriel. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. P. 32-61. In: Aguiar, Kátia e Kraychete, Gabriel. (Orgs). Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégia de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

Laville, Christian. A construção do saber: manual de metodologia em pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Lietaer, Bernard. Brève histoire des systèmes d'échange local. <http://www.selidaire.org./liste/dpt13/selmart/histosel.htm>. 2000.

Martins, Paulo Henrique. Poder político, ação pública local e economia solidária. p. 245 – 256. In: França Filho, Genauto Carvalho de.; Laville, J-Louis.; Magnen, Jean-Philippe.; Medeiros, Alzira. Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006

Melo Neto, João Joaquim de. O banco solidário. p. 94 a 98. In: Martins, Paulo Henrique. e Medeiros, Alzira. (Orgs). Economia popular e solidária: desafios teóricos e práticos. Recife: Editora Bagaço, 2003.

_____, João Joaquim de. e Magalhães, Sandra. O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeira. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005.

_____, João Joaquim de. e Magalhães, Sandra. Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

Primavera, Heloisa. Moeda Social 1. p 192 a 199. In: Cattani, Antonio David. (Org). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Relatório de avaliação do FAPAG, CEARAH Periferia, Fortaleza, 2006.

Relatório de Sistematização dos Fundos Solidários. Ibase e Cordel, BNB, 2008.

Relatório do I Encontro Nacional de Grupos de Trocas Solidárias. Mendes/ RJ, 2004.

Silva, Roberto Marinho. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. UNB. Brasília, 2005. (mimeo),

Singer, Paul. Por um sistema financeiro social. Folha de São Paulo, Caderno Opinião, São Paulo, 10 de julho de 2007.

_____, Paul. Clubes de Trueques y Economía Solidária. In: Trueque. Buenos Aires: Nodo Obelisco-Red Global de Trueque. n.3, ano 2. 1999. Disponível em <http://www.trueque-marysierras.org.ar/biblioteca2.htm> acessado em 20 de agosto de 2007.

_____, Paul. Economía Solidária. P. 116 – 125. In: Cattani, Antonio David. (Org.). A Outra Economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Soares, Cláudia Lúcia Bisaggio. Moeda social: uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

Soriano, Ruth E. Redes de trocas e a socioeconomia solidária. Disponível em www.portoalegre2002.org/pu.../printerview.htm?inford=855&user=reader&editionsectionid=10 acessado em 22 de outubro de 2002.

Souza Santos, Boaventura & Rodriguez, César. Para ampliar o cânone da produção. In: Souza Santos, Boaventura. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

Virilio, Paul. Entrevista a Laymert Garcia Santos. In: América: depoimentos. Editora Geral: Nirlando Beirão (aproximadamente final dos anos 1980).

Quivy, Raymond. e Campenhoudt, Luc Van. Manual de investigação em Ciências Sociais. 4.ed. Lisboa: Gradiva, 2005

Apêndice

1. Lista de entrevistados e entrevistadas

1.1 – Bancos comunitários

1.2 – Clubes de troca

1.3 - Organizações de apoio:

1. Ana Paula Instituto Instrodi (Rio Grande do Sul);
2. Ary Moraes - Espaço Compartilharte (Rio de Janeiro);
3. Carlos Henrique - Rede de Trocas Solidárias de São Paulo.
4. Irmã Lourdes Marchi e Antonio Carlos Bez – educadores do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - Cefuria (Paraná);
5. Luis Paulo Arena da KNH – Agência Alemã de Desenvolvimento (Rio Grande do Sul);
6. Robsom Patrocínio - Diretor do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS (Rio de Janeiro);

1.4 - Gestores de Políticas, Programas e Assessora do Governo Federal:

1. Antonio Haroldo Pinheiro de Mendonça, Coordenador Geral de Comércio Justo e Solidário - Secretaria Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho e Emprego;
2. Marcello Lopes Corrêa Gerente de Divisão - Banco Popular do Brasil;
3. Marusa Vasconcelos Freire - Coordenadora-Geral do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Banco Central.

2. Fontes Secundárias:

BRASIL, MTE/ Senaes. Balanço da Economia Solidária no PPA 2004-07. Cópia de documento. Brasília, 2007.

_____, MTE/ Senaes. Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Disponível em www.met.gov.br

_____, MTE/ Senaes. Atlas da Economia Solidária. Disponível em www.mte.gov.br/sies

MELO NETO, João Joaquim de. e MAGALHÃES, Sandra. *O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeira*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005.

_____, João Joaquim de. e MAGALHÃES, Sandra. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento: uma rede sob controle da comunidade*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

Relatório de avaliação do FAPAG, CEARAH Periferia, Fortaleza, 2006.

Relatório de Sistematização dos Fundos Solidários. Ibase/ Cordel/ BNB, 2007.

Relatório do I Encontro Nacional de Grupos de Trocas Solidárias. Mendes/ RJ, 2004.

ANEXOS:

1. modelos das moedas sociais
2. fotos das experiências visitadas
3. tabulação das informações dos clubes
4. tabulação do processamento dos bancos
5. modelos questionários